

## ÍNDICE-SUMÁRIO

<b>CÓDIGO CIVIL</b>	
DECRETO-LEI Nº 47 344, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1966	7
<b>LIVRO I Parte Geral</b>	11
<b>TÍTULO I Das leis, sua interpretação e aplicação</b>	11
<b>CAPÍTULO I Fontes do direito</b>	11
<b>CAPÍTULO II Vigência, interpretação e aplicação das leis</b>	12
<b>CAPÍTULO III Direitos dos estrangeiros e conflitos de leis</b>	13
<b>SECÇÃO I Disposições gerais</b>	13
<b>SECÇÃO II Normas de conflitos</b>	15
<b>SUBSECÇÃO I Âmbito e determinação da lei pessoal</b>	15
<b>SUBSECÇÃO II Lei reguladora dos negócios jurídicos</b>	17
<b>SUBSECÇÃO III Lei reguladora das obrigações</b>	18
<b>SUBSECÇÃO IV Lei reguladora das coisas</b>	19
<b>SUBSECÇÃO V Lei reguladora das relações de família</b>	20
<b>SUBSECÇÃO VI Lei reguladora das sucessões</b>	22
<b>TÍTULO II Das relações jurídicas</b>	23
<b>SUBTÍTULO I Das pessoas</b>	23
<b>CAPÍTULO I Pessoas singulares</b>	23
<b>SECÇÃO I Personalidade e capacidade jurídica</b>	23
<b>SECÇÃO II Direitos de personalidade</b>	24
<b>SECÇÃO III Domicílio</b>	26
<b>SECÇÃO IV Ausência</b>	27
<b>SUBSECÇÃO I Curadoria provisória</b>	27
<b>SUBSECÇÃO II Curadoria definitiva</b>	28
<b>SUBSECÇÃO III Morte presumida</b>	30
<b>SUBSECÇÃO IV Direitos eventuais do ausente</b>	31
<b>SECÇÃO V Incapacidades</b>	32
<b>SUBSECÇÃO I Condição jurídica dos menores</b>	32

SUBSECÇÃO II Maioridade e emancipação	33
SUBSECÇÃO III Interdições	34
SUBSECÇÃO IV Inabilitações	36
CAPÍTULO II Pessoas colectivas	37
SECÇÃO I Disposições gerais	37
SECÇÃO II Associações	38
SECÇÃO III Fundações	42
CAPÍTULO III Associações sem personalidade jurídica e comissões especiais	45
SUBTÍTULO II Das coisas	46
SUBTÍTULO III Dos factos jurídicos	48
CAPÍTULO I Negócio jurídico	48
SECÇÃO I Declaração negocial	48
SUBSECÇÃO I Modalidades da declaração	48
SUBSECÇÃO II Forma	49
SUBSECÇÃO III Perfeição da declaração negocial	49
SUBSECÇÃO IV Interpretação e integração	51
SUBSECÇÃO V Falta e vícios da vontade	52
SUBSECÇÃO VI Representação	55
DIVISÃO I Princípios gerais	55
DIVISÃO II Representação voluntária	55
SUBSECÇÃO VII Condição e termo	57
SECÇÃO II Objecto negocial. Negócios usurários	58
SECÇÃO III Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico	59
CAPÍTULO II Actos jurídicos	61
CAPÍTULO III O tempo e a sua repercussão nas relações jurídicas	61
SECÇÃO I Disposições gerais	61
SECÇÃO II Prescrição	62
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	62
SUBSECÇÃO II Prazos da prescrição	63
SUBSECÇÃO III Prescrições presuntivas	64
SUBSECÇÃO IV Suspensão da prescrição	65
SUBSECÇÃO V Interrupção da prescrição	66
SECÇÃO III Caducidade	67
SUBTÍTULO IV Do exercício e tutela dos direitos	68
CAPÍTULO I Disposições gerais	68
CAPÍTULO II Provas	69
SECÇÃO I Disposições gerais	69
SECÇÃO II Presunções	71
SECÇÃO III Confissão	71
SECÇÃO IV Prova documental	73
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	73
SUBSECÇÃO II Documentos autênticos	74
SUBSECÇÃO III Documentos particulares	75

SUBSECÇÃO IV Disposições especiais	77
SECÇÃO V Prova pericial	78
SECÇÃO VI Prova por inspecção	78
SECÇÃO VII Prova testemunhal	79
LIVRO II Direito das Obrigações	81
TÍTULO I Das obrigações em geral	81
CAPÍTULO I Disposições gerais	81
SECÇÃO I Conteúdo da obrigação	81
SECÇÃO II Obrigações naturais	82
CAPÍTULO II Fontes das obrigações	82
SECÇÃO I Contratos	82
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	82
SUBSECÇÃO II Contrato-promessa	83
SUBSECÇÃO III Pactos de preferência	84
SUBSECÇÃO IV Cessão da posição contratual	86
SUBSECÇÃO V Excepção de não cumprimento do contrato	86
SUBSECÇÃO VI Resolução do contrato	87
SUBSECÇÃO VII Resolução ou modificação do contrato por alteração das circunstâncias	87
SUBSECÇÃO VIII Antecipação do cumprimento. Sinal	88
SUBSECÇÃO IX Contrato a favor de terceiro	89
SUBSECÇÃO X Contrato para pessoa a nomear	90
SECÇÃO II Negócios unilaterais	91
SECÇÃO III Gestão de negócios	92
SECÇÃO IV Enriquecimento sem causa	94
SECÇÃO V Responsabilidade civil	95
SUBSECÇÃO I Responsabilidade por factos ilícitos	95
SUBSECÇÃO II Responsabilidade pelo risco	98
CAPÍTULO III Modalidades das obrigações	101
SECÇÃO I Obrigações de sujeito activo indeterminado	101
SECÇÃO II Obrigações solidárias	101
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	101
SUBSECÇÃO II Solidariedade entre devedores	102
SUBSECÇÃO III Solidariedade entre credores	104
SECÇÃO III Obrigações divisíveis e indivisíveis	105
SECÇÃO IV Obrigações genéricas	105
SECÇÃO V Obrigações alternativas	106
SECÇÃO VI Obrigações pecuniárias	107
SUBSECÇÃO I Obrigações de quantidade	107
SUBSECÇÃO II Obrigações de moeda específica	107
SUBSECÇÃO III Obrigações em moeda com curso legal apenas no estrangeiro	108
SECÇÃO VII Obrigações de juros	109

SECÇÃO VIII Obrigação de indemnização	109
SECÇÃO IX Obrigação de informação e de apresentação de coisas ou documentos	111
CAPÍTULO IV Transmissão de créditos e de dívidas	112
SECÇÃO I Cessão de créditos	112
SECÇÃO II Sub-rogação	114
SECÇÃO III Transmissão singular de dívidas	115
CAPÍTULO V Garantia geral das obrigações	116
SECÇÃO I Disposições gerais	116
SECÇÃO II Conservação da garantia patrimonial	116
SUBSECÇÃO I Declaração de nulidade	116
SUBSECÇÃO II Sub-rogação do credor ao devedor	117
SUBSECÇÃO III Impugnação pauliana	117
SUBSECÇÃO IV Arresto	119
CAPÍTULO VI Garantias especiais das obrigações	119
SECÇÃO I Prestação de caução	119
SECÇÃO II Fiança	120
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	120
SUBSECÇÃO II Relações entre o credor e o fiador	121
SUBSECÇÃO III Relações entre o devedor e o fiador	123
SUBSECÇÃO IV Pluralidade de fiadores	124
SUBSECÇÃO V Extinção da fiança	124
SECÇÃO III Consignação de rendimentos	125
SECÇÃO IV Penhor	127
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	127
SUBSECÇÃO II Penhor de coisas	127
SUBSECÇÃO III Penhor de direitos	129
SECÇÃO V Hipoteca	130
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	130
SUBSECÇÃO II Hipotecas legais	133
SUBSECÇÃO III Hipotecas judiciais	134
SUBSECÇÃO IV Hipotecas voluntárias	134
SUBSECÇÃO V Redução da hipoteca	135
SUBSECÇÃO VI Transmissão dos bens hipotecados	136
SUBSECÇÃO VII Transmissão da hipoteca	137
SUBSECÇÃO VIII Extinção da hipoteca	137
SECÇÃO VI Privilégios creditórios	138
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	138
SUBSECÇÃO II Privilégios mobiliários gerais	139
SUBSECÇÃO III Privilégios mobiliários especiais	139
SUBSECÇÃO IV Privilégios imobiliários	140
SUBSECÇÃO V Efeitos e extinção dos privilégios	140
SECÇÃO VII Direito de retenção	142
CAPÍTULO VII Cumprimento e não cumprimento das obrigações	143

SECÇÃO I Cumprimento	143
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	143
SUBSECÇÃO II Quem pode fazer e a quem pode ser feita a prestação	144
SUBSECÇÃO III Lugar da prestação	145
SUBSECÇÃO IV Prazo da prestação	146
SUBSECÇÃO V Imputação do cumprimento	147
SUBSECÇÃO VI Prova do cumprimento	147
SUBSECÇÃO VII Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento	148
SECÇÃO II Não cumprimento	148
SUBSECÇÃO I Impossibilidade do cumprimento e mora não imputáveis ao devedor	148
SUBSECÇÃO II Falta de cumprimento e mora imputáveis ao devedor	150
DIVISÃO I Princípios gerais	150
DIVISÃO II Impossibilidade do cumprimento	150
DIVISÃO III Mora do devedor	151
DIVISÃO IV Fixação contratual dos direitos do credor	152
SUBSECÇÃO III Mora do credor	153
SECÇÃO III Realização coactiva da prestação	153
SUBSECÇÃO I Acção de cumprimento e execução	153
SUBSECÇÃO II Execução específica	155
SECÇÃO IV Cessão de bens aos credores	156
CAPÍTULO VIII Causas de extinção das obrigações além do cumprimento	157
SECÇÃO I Dação em cumprimento	157
SECÇÃO II Consignação em depósito	157
SECÇÃO III Compensação	158
SECÇÃO IV Novação	160
SECÇÃO V Remissão	160
SECÇÃO VI Confusão	161
TÍTULO II Dos contratos em especial	162
CAPÍTULO I Compra e venda	162
SECÇÃO I Disposições gerais	162
SECÇÃO II Efeitos da compra e venda	163
SECÇÃO III Venda de coisas sujeitas a contagem, pesagem ou medição	164
SECÇÃO IV Venda de bens alheios	165
SECÇÃO V Venda de bens onerados	167
SECÇÃO VI Venda de coisas defeituosas	169
SECÇÃO VII Venda a contento e venda sujeita a prova	170
SECÇÃO VIII Venda a retro	171
SECÇÃO IX Venda a prestações	172

SECÇÃO X Venda sobre documentos	173
SECÇÃO XI Outros contratos onerosos	173
CAPÍTULO II Doação	173
SECÇÃO I Disposições gerais	173
SECÇÃO II Capacidade para fazer ou receber doações	175
SECÇÃO III Efeitos das doações	175
SECÇÃO IV Revogação das doações	178
CAPÍTULO III Sociedade	179
SECÇÃO I Disposições gerais	179
SECÇÃO II Relações entre os sócios	180
SECÇÃO III Relações com terceiros	182
SECÇÃO IV Morte, exoneração ou exclusão de sócios	183
SECÇÃO V Dissolução da sociedade	185
SECÇÃO VI Liquidação da sociedade e de quotas	185
CAPÍTULO IV Locação	187
SECÇÃO I Disposições gerais	187
SECÇÃO II Obrigações do locador	189
SECÇÃO III Obrigações do locatário	190
SUBSECÇÃO I Disposição geral	190
SUBSECÇÃO II Pagamento da renda ou aluguer	190
SUBSECÇÃO III Restituição da coisa locada	191
SECÇÃO IV Resolução e caducidade do contrato	192
SUBSECÇÃO I Resolução	192
SUBSECÇÃO II Caducidade	193
SECÇÃO V Transmissão da posição contratual	194
SECÇÃO VI Sublocação	195
SECÇÃO VII Arrendamento de prédios urbanos	195
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	195
SUBSECÇÃO II Celebração	196
SUBSECÇÃO III Direitos e obrigações das partes	196
DIVISÃO I Obrigações não pecuniárias	196
DIVISÃO II Renda e encargos	197
SUBSECÇÃO IV Cessação	198
DIVISÃO I Disposições comuns	198
DIVISÃO II Cessação por acordo entre as partes	199
DIVISÃO III Resolução	199
SUBSECÇÃO V Subarrendamento	201
SUBSECÇÃO VI Direito de preferência	201
SUBSECÇÃO VII Disposições especiais do arrendamento para habitação	201
DIVISÃO I Âmbito do contrato	201
DIVISÃO II Duração	202
SUBDIVISÃO I Contrato com prazo certo	202
SUBDIVISÃO II Contrato de duração indeterminada	204

DIVISÃO III Transmissão	206
SUBSECÇÃO VIII Disposições especiais do arrendamento para fins não habitacionais	207
SECÇÃO VIII Arrendamento de prédios urbanos e arrendamento de prédios rústicos não abrangidos na secção precedente	208
CAPÍTULO V Parceria pecuária	208
CAPÍTULO VI Comodato	209
CAPÍTULO VII Mútuo	211
CAPÍTULO VIII Contrato de trabalho	212
CAPÍTULO IX Prestação de serviço	213
CAPÍTULO X Mandato	213
SECÇÃO I Disposições gerais	213
SECÇÃO II Direitos e obrigações do mandatário	214
SECÇÃO III Obrigações do mandante	214
SECÇÃO IV Revogação e caducidade do mandato	215
SUBSECÇÃO I Revogação	215
SUBSECÇÃO II Caducidade	216
SECÇÃO V Mandato com representação	216
SECÇÃO VI Mandato sem representação	216
CAPÍTULO XI Depósito	217
SECÇÃO I Disposições gerais	217
SECÇÃO II Direitos e obrigações do depositário	217
SECÇÃO III Obrigações do depositante	219
SECÇÃO IV Depósito de coisa controvertida	219
SECÇÃO V Depósito irregular	220
CAPÍTULO XII – Empreitada	220
SECÇÃO I Disposições gerais	220
SECÇÃO II Alterações e obras novas	221
SECÇÃO III Defeitos da obra	222
SECÇÃO IV Impossibilidade de cumprimento e risco pela perda ou deterioração da obra	224
SECÇÃO V Extinção do contrato	224
CAPÍTULO XIII Renda perpétua	224
CAPÍTULO XIV Renda vitalícia	225
CAPÍTULO XV Jogo e aposta	226
CAPÍTULO XVI Transacção	226
LIVRO III Direito das Coisas	227
TÍTULO I Da posse	227
CAPÍTULO I Disposições gerais	227
CAPÍTULO II Caracteres da posse	228
CAPÍTULO III Aquisição e perda da posse	229
CAPÍTULO IV Efeitos da posse	229
CAPÍTULO V Defesa da posse	231

CAPÍTULO VI Usucapião	232
SECÇÃO I Disposições gerais	232
SECÇÃO II Usucapião de imóveis	233
SECÇÃO III Usucapião de móveis	234
TÍTULO II Do direito de propriedade	235
CAPÍTULO I Propriedade em geral	235
SECÇÃO I Disposições gerais	235
SECÇÃO II Defesa da propriedade	236
CAPÍTULO II Aquisição da propriedade	236
SECÇÃO I Disposições gerais	236
SECÇÃO II Ocupação	237
SECÇÃO III Acesso	238
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	238
SUBSECÇÃO II Acesso natural	238
SUBSECÇÃO III Acesso industrial mobiliária	239
SUBSECÇÃO IV Acesso industrial imobiliária	241
CAPÍTULO III Propriedade de imóveis	242
SECÇÃO I Disposições gerais	242
SECÇÃO II Direito de demarcação	244
SECÇÃO III Direito de tapagem	244
SECÇÃO IV Construções e edificações	245
SECÇÃO V Plantação de árvores e arbustos	246
SECÇÃO VI Paredes e muros de meação	247
SECÇÃO VII Fraccionamento e emparcelamento de prédios rústicos	248
SECÇÃO VIII Atravessadouros	250
CAPÍTULO IV Propriedade das águas	250
SECÇÃO I Disposições gerais	250
SECÇÃO II Aproveitamento das águas	251
SECÇÃO III Condomínio das águas	253
CAPÍTULO V Compropriedade	254
SECÇÃO I Disposições gerais	254
SECÇÃO II Direitos e encargos do comproprietário	254
CAPÍTULO VI Propriedade horizontal	256
SECÇÃO I Disposições gerais	256
SECÇÃO II Constituição	256
SECÇÃO III Direitos e encargos dos condóminos	257
SECÇÃO IV Administração das partes comuns do edifício	261
TÍTULO III Do usufruto, uso e habitação	264
CAPÍTULO I Disposições gerais	264
CAPÍTULO II Direitos do usufrutuário	265
CAPÍTULO III Obrigações do usufrutuário	269
CAPÍTULO IV Extinção do usufruto	270
CAPÍTULO V Uso e habitação	271
TÍTULO IV Da enfiteuse	272

TÍTULO V Do direito de superfície	273
CAPÍTULO I Disposições gerais	273
CAPÍTULO II Constituição do direito de superfície	273
CAPÍTULO III Direitos e encargos do superficiário e do proprietário	274
CAPÍTULO IV Extinção do direito de superfície	274
TÍTULO VI Das servidões prediais	276
CAPÍTULO I Disposições gerais	276
CAPÍTULO II Constituição das servidões	276
CAPÍTULO III Servidões legais	277
SECÇÃO I Servidões legais de passagem	277
SECÇÃO II Servidões legais de águas	278
CAPÍTULO IV Exercício das servidões	280
CAPÍTULO V Extinção das servidões	281
LIVRO IV Direito da Família	283
TÍTULO I Disposições gerais	283
TÍTULO II Do casamento	284
CAPÍTULO I Modalidades do casamento	284
CAPÍTULO II Promessa de casamento	285
CAPÍTULO III Pressupostos da celebração do casamento	286
SECÇÃO I Casamento católico	286
SECÇÃO II Casamento Civil	287
SUBSECÇÃO I Impedimentos matrimoniais	287
SUBSECÇÃO II Processo preliminar de casamento	289
CAPÍTULO IV Celebração do casamento civil	290
SECÇÃO I Disposições gerais	290
SECÇÃO II Casamentos urgentes	291
CAPÍTULO V Invalidade do casamento	292
SECÇÃO I Casamento católico	292
SECÇÃO II Casamento Civil	293
SUBSECÇÃO I Disposição geral	293
SUBSECÇÃO II Inexistência do casamento	293
SUBSECÇÃO III Anulabilidade do casamento	294
DIVISÃO I Disposições gerais	294
DIVISÃO II Falta ou vícios da vontade	294
DIVISÃO III Legitimidade	295
DIVISÃO IV Prazos	296
CAPÍTULO VI Casamento putativo	297
CAPÍTULO VII Sanções especiais	297
CAPÍTULO VIII Registo do casamento	298
SECÇÃO I Disposições gerais	298
SECÇÃO II Registo por transcrição	298
SUBSECÇÃO I Disposição geral	298

SUBSECÇÃO II Transcrição dos casamentos católicos celebrados em Portugal	299
SUBSECÇÃO III Transcrição dos casamentos civis urgentes	299
SUBSECÇÃO IV Transcrição dos casamentos de portugueses no estrangeiro	299
SUBSECÇÃO V Transcrição dos casamentos admitidos a registo	300
SECÇÃO III Efeitos do registo	300
CAPÍTULO IX Efeitos do casamento quanto às pessoas e aos bens dos cônjuges	300
SECÇÃO I Disposições gerais	300
SECÇÃO II Dívidas dos cônjuges	306
SECÇÃO III Convenções antenupciais	308
SECÇÃO IV Regimes de bens	312
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	312
SUBSECÇÃO II Regime da comunhão de adquiridos	312
SUBSECÇÃO III Regime da comunhão geral	314
SUBSECÇÃO IV Regime da separação	315
SUBSECÇÃO V Regime dotal	315
CAPÍTULO X Doações para casamento e entre casados	316
SECÇÃO I Doações para casamento	316
SECÇÃO II Doações entre casados	317
CAPÍTULO XI Simples separação judicial de bens	318
CAPÍTULO XII Divórcio e separação judicial de pessoas e bens	319
SECÇÃO I Divórcio	319
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	319
SUBSECÇÃO II Divórcio por mútuo consentimento	319
SUBSECÇÃO III Divórcio litigioso	321
SUBSECÇÃO IV Efeitos do divórcio	322
SECÇÃO II Separação judicial de pessoas e bens	324
TÍTULO III Da filiação	325
CAPÍTULO I Estabelecimento da filiação	325
SECÇÃO I Disposições gerais	325
SECÇÃO II Estabelecimento da maternidade	326
SUBSECÇÃO I Declaração de maternidade	326
SUBSECÇÃO II Averiguação oficiosa	327
SUBSECÇÃO III Reconhecimento judicial	328
SECÇÃO III Estabelecimento da paternidade	331
SUBSECÇÃO I Presunção de paternidade	331
SUBSECÇÃO II Reconhecimento de paternidade	336
DIVISÃO I Disposições gerais	336
DIVISÃO II Perfilhação	336
DIVISÃO III Averiguação oficiosa da paternidade	339
DIVISÃO IV Reconhecimento judicial	340
CAPÍTULO II Efeitos da filiação	341

SECÇÃO I Disposições gerais	341
SECÇÃO II Responsabilidades parentais	341
SUBSECÇÃO I Princípios gerais	341
SUBSECÇÃO II Responsabilidades parentais relativamente à pessoa dos filhos	343
SUBSECÇÃO III Responsabilidades parentais relativamente aos bens dos filhos	344
SUBSECÇÃO IV Exercício das responsabilidades parentais	347
SUBSECÇÃO V Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais	350
SUBSECÇÃO VI Registo das decisões relativas às responsabilidades parentais	352
SECÇÃO III Meios de suprir o poder paternal	353
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	353
SUBSECÇÃO II Tutela	354
DIVISÃO I Designação do tutor	354
DIVISÃO II Direitos e obrigações do tutor	356
DIVISÃO III Remoção e exoneração do tutor	358
DIVISÃO IV Conselho de família	359
DIVISÃO V Termo da tutela	361
DIVISÃO VI Tutela de menores confiados a estabelecimentos de educação ou assistência	361
SUBSECÇÃO III Administração de bens	361
TÍTULO IV Da adopção	362
CAPÍTULO I Disposições gerais	362
CAPÍTULO II Adopção plena	364
CAPÍTULO III Adopção restrita	368
TÍTULO V Dos alimentos	370
CAPÍTULO I Disposições gerais	370
CAPÍTULO II Disposições especiais	372
LIVRO V Direito das Sucessões	375
TÍTULO I Das sucessões em geral	375
CAPÍTULO I Disposições gerais	375
CAPÍTULO II Abertura da sucessão e chamamento dos herdeiros e legatários	376
SECÇÃO I Abertura da sucessão	376
SECÇÃO II Capacidade sucessória	377
SECÇÃO III Direito de representação	378
CAPÍTULO III Herança jacente	379
CAPÍTULO IV Aceitação da herança	380
CAPÍTULO V Repúdio da herança	381
CAPÍTULO VI Encargos da herança	382
CAPÍTULO VII Petição da herança	383

CAPÍTULO VIII Administração da herança	384
CAPÍTULO IX Liquidação da herança	387
CAPÍTULO X Partilha da herança	388
SECÇÃO I Disposições gerais	388
SECÇÃO II Atribuições preferenciais	389
SECÇÃO III Colação	389
SECÇÃO IV Efeitos da partilha	391
SECÇÃO V Impugnação da partilha	392
CAPÍTULO XI Alienação de herança	392
TÍTULO II Da sucessão legítima	393
CAPÍTULO I Disposições gerais	393
CAPÍTULO II Sucessão do cônjuge e dos descendentes	395
CAPÍTULO III Sucessão do cônjuge e dos ascendentes	395
CAPÍTULO IV Sucessão dos irmãos e seus descendentes	396
CAPÍTULO V Sucessão dos outros colaterais	396
CAPÍTULO VI Sucessão do Estado	396
TÍTULO III Da sucessão legitimária	397
CAPÍTULO I Disposições gerais	397
CAPÍTULO II Redução de liberalidades	399
TÍTULO IV Da sucessão testamentária	400
CAPÍTULO I Disposições gerais	400
CAPÍTULO II Capacidade testamentária	402
CAPÍTULO III Casos de indisponibilidade relativa	402
CAPÍTULO IV Falta e vícios da vontade	403
CAPÍTULO V Forma do testamento	404
SECÇÃO I Formas comuns	404
SECÇÃO II Formas especiais	405
CAPÍTULO VI Conteúdo do testamento	407
SECÇÃO I Disposições gerais	407
SECÇÃO II Disposições condicionais, a termo e modais	408
SECÇÃO III Legados	411
SECÇÃO IV Substituições	416
SUBSECÇÃO I Substituição directa	416
SUBSECÇÃO II Substituição fideicomissária	417
SUBSECÇÃO III Substituições pupilar e quase-pupilar	418
SECÇÃO V Direito de crescer	419
CAPÍTULO VII Nulidade, anulabilidade, revogação e caducidade dos testamentos e disposições testamentárias	420
SECÇÃO I Nulidade e anulabilidade	420
SECÇÃO II Revogação e caducidade	420
CAPÍTULO VIII Testamentaria	422

## LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO LEI Nº 9/2010, DE 31 DE MAIO	427
MEDIDAS DE PROTECÇÃO DAS PESSOAS QUE VIVAM EM ECONOMIA COMUM LEI Nº 6/2001, DE 11 DE MAIO	429
MEDIDAS DE PROTECÇÃO DAS UNIÕES DE FACTO LEI Nº 7/2001, DE 11 DE MAIO	433
TESTAMENTO VITAL LEI Nº 25/2012, DE 16 DE JULHO	437
CAPÍTULO I Disposições gerais	437
CAPÍTULO II Diretivas antecipadas de vontade	437
CAPÍTULO III Procurador e procuração de cuidados de saúde	440
CAPÍTULO IV Registo Nacional de Testamento Vital (RENTEV)	441
CAPÍTULO V Disposições finais	442
LEI DA LIBERDADE RELIGIOSA LEI Nº 16/2001, DE 22 DE JUNHO	445
CAPÍTULO I Princípios	445
CAPÍTULO II Direitos individuais de liberdade religiosa	446
CAPÍTULO III Direitos colectivos de liberdade religiosa	450
CAPÍTULO IV Estatuto das igrejas e comunidades religiosas	455
CAPÍTULO V Acordos entre pessoas colectivas religiosas e o Estado	457
CAPÍTULO VI Comissão da Liberdade Religiosa	459
CAPÍTULO VII Igreja Católica	460
CAPÍTULO VIII Disposições complementares e transitórias	460
NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO LEI Nº 6/2006, DE 27 DE FEVEREIRO	463
TÍTULO I Novo Regime do Arrendamento Urbano	463
CAPÍTULO I Alterações legislativas	463
CAPÍTULO II Disposições gerais	464
SECÇÃO I Comunicações	464
SECÇÃO II Associações	466
SECÇÃO III Despejo	467
SUBSECÇÃO I Ações judiciais	467
SUBSECÇÃO II Procedimento especial de despejo	468
SECÇÃO IV Justo impedimento	478
SECÇÃO V Consignação em depósito	478
SECÇÃO VI Determinação da renda	480

TÍTULO II Normas transitórias	480
CAPÍTULO I Contratos habitacionais celebrados na vigência do Regime do Arrendamento Urbano e contratos não habitacionais celebrados depois do Decreto-Lei nº 257/95, de 30 de setembro	480
CAPÍTULO II Contratos habitacionais celebrados antes da vigência do RAU e contratos não habitacionais celebrados antes do Decreto-Lei nº 257/95, de 30 de setembro	481
SECÇÃO I Disposições gerais	481
SECÇÃO II Arrendamento para habitação	482
SECÇÃO III Arrendamento para fim não habitacional	488
SECÇÃO IV Transmissão	491
TÍTULO III Normas finais	492
BALCÃO NACIONAL DO ARRENDAMENTO E PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO	
DECRETO-LEI Nº 1/2013, DE 7 DE JANEIRO	495
CAPÍTULO I Disposição geral	497
CAPÍTULO II Balcão Nacional do Arrendamento	498
CAPÍTULO III Procedimento especial de despejo	498
SECÇÃO I Requerimento de despejo	498
SECÇÃO II Oposição e outras peças processuais	499
SECÇÃO III Título para desocupação do locado e pedido de pagamento de rendas, encargos ou despesas	500
SECÇÃO IV Efetivação da desocupação e entrega do imóvel	502
SECÇÃO V Tramitação, comunicações, notificações e consulta do procedimento	503
SECÇÃO VI Agentes de execução e notários	503
CAPÍTULO IV Disposições complementares e finais	504
REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO	
PORTARIA Nº 9/2013, DE 10 DE JANEIRO	507
CAPÍTULO I Disposições gerais	508
CAPÍTULO II Procedimento especial de despejo	509
SECÇÃO I Requerimento de despejo	509
SECÇÃO II Oposição	511
SECÇÃO III Outras peças processuais	512
SECÇÃO IV Requerimento de autorização judicial para entrada imediata em domicílio	513
SECÇÃO V Notificações, comunicações e tramitação eletrônica	514
SECÇÃO VI Consulta eletrônica do processo e disponibilização do título para desocupação do locado	515
SECÇÃO VII Agente de execução e notário	516
SUBSECÇÃO I Designação, substituição e destituição	516

SUBSECÇÃO II Remuneração	519
CAPÍTULO III Ação de despejo	522
CAPÍTULO IV Disposições finais	523
ANEXO	524
REGIME DE DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS URBANOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS	
DECRETO-LEI Nº 266-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO	537
REGIME JURÍDICO DAS OBRAS EM PRÉDIOS ARRENDADOS	
DECRETO-LEI Nº 157/2006, DE 8 DE AGOSTO	545
SECÇÃO I Disposições comuns	547
SECÇÃO II Regime geral	548
SUBSECÇÃO I Iniciativa do senhorio	548
SUBSECÇÃO II Iniciativa do município ou da entidade gestora da operação de reabilitação urbana	550
SECÇÃO III Regime especial transitório	553
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	553
SUBSECÇÃO II Iniciativa do senhorio	553
SUBSECÇÃO III Iniciativa do município	555
SUBSECÇÃO IV Iniciativa do arrendatário	556
DIVISÃO I Âmbito de aplicação	556
DIVISÃO II Manutenção do arrendamento	556
DIVISÃO III Aquisição do locado pelo arrendatário	557
SECÇÃO IV Disposições sancionatórias	558
SECÇÃO V Disposições finais e transitórias	559
REGIMES DE DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO ANUAL BRUTO CORRIGIDO E DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE RENDA NOS ARRENDAMENTOS PARA HABITAÇÃO	
DECRETO-LEI Nº 158/2006, DE 8 DE AGOSTO	561
CAPÍTULO I Disposições gerais	564
CAPÍTULO II Rendimento anual bruto corrigido	567
CAPÍTULO III Atribuição de subsídio de renda	569
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	573
DEFINIÇÃO DO CONCEITO FISCAL DE PRÉDIO DEVOLUTO	
DECRETO-LEI Nº 159/2006, DE 8 DE AGOSTO	577
REGIME DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO URBANO	
DECRETO-LEI Nº 160/2006, DE 8 DE AGOSTO	581



<b>FICHA DE AVALIAÇÃO PARA A DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS LOCADOS</b>	
PORTARIA Nº 1192-B/2006, DE 3 DE NOVEMBRO	585
SECÇÃO I Disposições gerais	586
SECÇÃO II Determinação do nível de conservação	587
SECÇÃO III Técnicos	592
SECÇÃO IV Determinação do coeficiente de conservação	592
SECÇÃO V Árbitros	593
SECÇÃO VI Disposições finais e transitórias	594
<b>REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA</b>	
DECRETO-LEI Nº 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO	597
PARTE I Disposições gerais	601
PARTE II Regime da reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana	604
CAPÍTULO I Disposições gerais	604
CAPÍTULO II Regime das áreas de reabilitação urbana	606
SECÇÃO I Disposição geral	606
SECÇÃO II Delimitação de áreas de reabilitação urbana	606
SECÇÃO III Operações de reabilitação urbana	607
SECÇÃO IV Planos de pormenor de reabilitação urbana	609
CAPÍTULO III Planeamento das operações de reabilitação urbana	613
SECÇÃO I Operações de reabilitação urbana simples	613
SECÇÃO II Operações de reabilitação urbana sistemática	614
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	614
SUBSECÇÃO II Planeamento e programação	614
CAPÍTULO IV Entidade gestora	616
CAPÍTULO V Modelos de execução das operações de reabilitação urbana	618
CAPÍTULO VI Instrumentos de execução de operações de reabilitação urbana	620
SECÇÃO I Controlo das operações urbanísticas	620
SUBSECÇÃO I Regime geral	620
SUBSECÇÃO II Procedimento simplificado de controlo prévio de operações urbanísticas	623
SECÇÃO II Instrumentos de política urbanística	626
SECÇÃO III Outros instrumentos de política urbanística	632
CAPÍTULO VII Participação e concertação de interesses	633
CAPÍTULO VIII Financiamento	635
PARTE III Regime especial da reabilitação urbana	636
PARTE IV Disposições sancionatórias	637
PARTE V Disposições transitórias e finais	639
SECÇÃO I Disposições transitórias	639
SECÇÃO II Disposições finais	642

<b>DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PERIÓDICA</b>	
DECRETO-LEI Nº 275/93, DE 5 DE AGOSTO	643
CAPÍTULO I Do direito real de habitação periódica	647
SECÇÃO I Disposições gerais	647
SECÇÃO II Constituição	649
SECÇÃO III Do certificado predial	653
SECÇÃO IV Da transmissão e oneração de direitos reais de habitação periódica	655
SECÇÃO V Direitos e deveres dos titulares de direitos reais de habitação periódica	659
SECÇÃO VI Da administração e conservação do empreendimento	660
SECÇÃO VII Destituição e substituição na administração do empreendimento	664
SECÇÃO VIII Da renúncia ao direito real de habitação periódica	666
SECÇÃO IX Publicidade, comercialização e formas de referência	666
CAPÍTULO II Dos direitos de habitação turística	667
CAPÍTULO III Das infracções e sua sanção	674
<b>NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO RURAL</b>	
DECRETO-LEI Nº 294/2009, DE 13 DE OUTUBRO	679
CAPÍTULO I Disposições gerais	681
CAPÍTULO II Forma e duração do contrato de arrendamento	684
CAPÍTULO III Renda	686
CAPÍTULO IV Cessação e transmissão do contrato de arrendamento	687
CAPÍTULO V Conservação e beneficiação dos prédios rústicos arrendados	691
CAPÍTULO VI Normas processuais	693
CAPÍTULO VII Disposições finais e transitórias	696
<b>CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS</b>	
DECRETO-LEI Nº 446/85, DE 25 DE OUTUBRO	699
CAPÍTULO I Disposições gerais	701
CAPÍTULO II Inclusão de cláusulas contratuais gerais em contratos singulares	702
CAPÍTULO III Interpretação e integração das cláusulas contratuais gerais	703
CAPÍTULO IV Nulidade das cláusulas contratuais gerais	704
CAPÍTULO V Cláusulas contratuais gerais proibidas	704
SECÇÃO I Disposições comuns por natureza	704
SECÇÃO II Relações entre empresários ou entidades equiparadas	705
SECÇÃO III Relações com consumidores finais	706
CAPÍTULO VI Disposições processuais	708
CAPÍTULO VII Disposições finais e transitórias	710

REGIME DA PROPRIEDADE HORIZONTAL DECRETO-LEI Nº 268/94, DE 25 DE OUTUBRO	713
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE ASSOCIAÇÕES	
LEI Nº 40/2007, DE 24 DE AGOSTO	717
CAPÍTULO I Regime especial de constituição imediata de associações	717
CAPÍTULO II Alterações legislativas	722
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	722

## SUMÁRIO

CÓDIGO CIVIL Decreto-Lei nº 47 344, de 25 de Novembro de 1966	7
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO Lei nº 9/2010, de 31 de Maio	427
MEDIDAS DE PROTECÇÃO DAS PESSOAS QUE VIVAM EM ECONOMIA COMUM Lei nº 6/2001, de 11 de Maio	429
MEDIDAS DE PROTECÇÃO DAS UNIÕES DE FACTO Lei nº 7/2001, de 11 de Maio	433
TESTAMENTO VITAL Lei nº 25/2012, de 16 de Julho	437
LEI DA LIBERDADE RELIGIOSA Lei nº 16/2001, de 22 de Junho	445
NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro	463
BALCÃO NACIONAL DO ARRENDAMENTO E PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO Decreto-Lei nº 1/2013, de 7 de Janeiro	495
REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE DESPEJO Portaria nº 9/2013, de 10 de Janeiro	507
REGIME DE DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS URBANOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS Decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31 de Dezembro	537

SUMÁRIO



REGIME JURÍDICO DAS OBRAS EM PRÉDIOS ARRENDADOS Decreto-Lei nº 157/2006, de 8 de Agosto	545
REGIMES DE DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO ANUAL BRUTO CORRIGIDO E DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE RENDA NOS ARRENDAMENTOS PARA HABITAÇÃO Decreto-Lei nº 158/2006, de 8 de Agosto	561
DEFINIÇÃO DO CONCEITO FISCAL DE PRÉDIO DEVOLUTO Decreto-Lei nº 159/2006, de 8 de Agosto	577
REGIME DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO URBANO Decreto-Lei nº 160/2006, de 8 de Agosto	581
FICHA DE AVALIAÇÃO PARA A DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS LOCADOS Portaria nº 1192-B/2006, de 3 de Novembro	585
REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de Outubro	597
DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PERIÓDICA Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de Agosto	643
NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO RURAL Decreto-Lei nº 294/2009, de 13 de Outubro	679
CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS Decreto-Lei nº 446/85, de 25 de Outubro	699
REGIME DA PROPRIEDADE HORIZONTAL Decreto-Lei nº 268/94, de 25 de Outubro	713
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE ASSOCIAÇÕES Lei nº 40/2007, de 24 de Agosto	717
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO CIVIL	723
ÍNDICE-SUMÁRIO	777
SUMÁRIO	795